



COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO DE TALENTOS
COORDENADORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

CONCURSO PÚBLICO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

NÍVEL MÉDIO

AUXILIAR DE PROCURADORIA

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 4h (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno, que contém **80 (oitenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 26
Noções de Direito	27 a 52
Noções de Administração	53 a 66
Noções de Informática	67 a 80

3. Observe as seguintes recomendações relativas ao **CARTÃO-RESPOSTA**:
 - verifique, no seu **cartão**, o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade;
 - o **CARTÃO-RESPOSTA** será o **único documento válido** para correção eletrônica através de leitura óptica, e seu preenchimento e respectiva **assinatura** são de inteira responsabilidade do candidato;
 - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, **fortemente**, com caneta esferográfica, obrigatoriamente de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada, para assegurar a perfeita leitura óptica.
4. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO-RESPOSTA** por erro do candidato.
5. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
 - consultando, no decorrer da prova, qualquer tipo de material impresso, anotações ou similares, ou em comunicação verbal, escrita, ou gestual, com outro candidato;
 - utilizando aparelhos eletrônicos, tais como: telefone celular, bip, *walkman*, rádio receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, *notebook*, calculadora, *palmtop*, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação ativa ou passiva. **O telefone celular** deverá permanecer desligado, desde o momento da entrada no local de prova **até a saída do candidato do respectivo local**;
6. O candidato somente poderá se retirar definitivamente do recinto de realização da prova, entregando o **CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após **decorrida 1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SÓ PODERÁ copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA** em formulário próprio entregue pela instituição organizadora do concurso, **DURANTE OS 30 min (TRINTA MINUTOS) QUE ANTECEDEREM AO TÉRMINO DA PROVA**.
7. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado e tenham sido entregues todos os **CARTÕES-RESPOSTA** e **CADERNOS DE QUESTÕES**, sendo obrigatório o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
9. **O FISCAL NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

2013

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto: O conflito se agrava

[...] De acordo com o Censo 2010 do IBGE, a população indígena compreende 896,9 mil pessoas — o que corresponde a 0,4% da população brasileira —, com 305 etnias diversas e 274 idiomas. As terras indígenas simbolizam 12,5% do território nacional (dados de 2010).

Aos povos indígenas, a Constituição brasileira reconhece sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. É dever da União demarcar, proteger e fazer respeitar as terras indígenas. Qualquer aproveitamento de recursos hídricos (incluindo os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra de riquezas minerais) só pode ser efetivado com autorização do Congresso, ouvidas as comunidades indígenas afetadas. A Constituição ainda proíbe a remoção dos povos indígenas de suas terras, realçando serem nulos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras indígenas.

Para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, há que se assegurar aos povos indígenas o direito à propriedade coletiva da terra, como uma tradição comunitária, como um direito fundamental à sua cultura, à sua vida espiritual, à sua integridade e à sua sobrevivência econômica. Para os povos indígenas, a relação com a terra não é somente de posse e produção: a terra é um elemento material e espiritual de que devem gozar plenamente, inclusive para preservar o seu legado cultural e transmiti-lo às gerações futuras.

A Constituição brasileira mostra-se absolutamente alinhada aos parâmetros protetivos internacionais — como a Convenção 169 da OIT e a Declaração da ONU sobre Povos Indígenas de 2007. Estes instrumentos introduzem um novo paradigma para os direitos dos povos indígenas, baseado no direito à diversidade, no reconhecimento de sua identidade cultural, no direito de participação, no direito de consulta prévia, livre e informada (relativamente às decisões que lhes afetem), no direito à terra e no princípio da autodeterminação. Rompem com o enfoque integracionista de assimilação forçada dos povos indígenas.

A Constituição brasileira foi a primeira da América Latina a admitir que os povos indígenas têm direito à diversidade étnica e à identidade cultural, aceitando um Estado multicultural e pluriétnico. Constituições latino-americanas recentes reconhecem de forma explícita a existência de Estados multiétnicos e pluriculturais, como é o caso da Constituição da Bolívia, do Equador, da Colômbia, do Peru e da Venezuela. Contudo, os indicadores sociais demonstram o grave padrão de violação aos direitos dos povos indígenas na região, como o drama da mortalidade infantil, da desnutrição, da pobreza extrema, da falta de acesso

aos serviços básicos de saúde e de tensões envolvendo suas terras.

A Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil, enuncia a responsabilidade dos Estados de desenvolver, com a participação dos povos indígenas, uma ação coordenada e sistemática para proteger seus direitos e garantir o respeito à sua integridade.

No marco de uma sociedade pluriétnica e multirracial, é urgente ao Estado brasileiro honrar o valor constitucional da diversidade cultural e da justiça étnico-racial, assegurando especial proteção aos povos indígenas, considerando seu protagonismo e suas particularidades, na luta pela afirmação de seus direitos essenciais.

Flávia Piovesan — O Globo — Publicado em 27/06/13 — Fragmento. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opinia/o-conflito-se-agrava-8822065>

As questões de 01 a 15 se referem ao texto lido.

01. A finalidade principal da autora ao produzir e publicar esse texto é:
 - (A) enfatizar a neutralidade que envolve a disputa pelas terras indígenas
 - (B) comparar a situação no Brasil com a de outros países multiétnicos e pluriculturais
 - (C) introduzir um enfoque integracionista para a assimilação dos povos indígenas
 - (D) destacar a urgência de desenvolver ações para garantir os direitos indígenas
02. No texto, a autora defende os direitos indígenas sobre as terras que estes tradicionalmente ocupam. Dentre os segmentos do texto abaixo relacionados, o argumento mais relevante para fundamentar essa posição encontra-se em:
 - (A) a terra é um elemento material e espiritual de que devem gozar plenamente
 - (B) serem nulos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras indígenas
 - (C) as terras indígenas simbolizam 12,5% do território nacional (dados de 2010)
 - (D) indicadores sociais demonstram o grave padrão de violação aos direitos dos povos indígenas
03. “Estes instrumentos introduzem um novo **paradigma** para os direitos dos povos indígenas” (4º parágrafo). A palavra grifada, no contexto, significa algo que:
 - (A) impõe e obriga; decisão; indicação; ordem
 - (B) corrompe ou torna imoral; pernicioso
 - (C) serve de exemplo geral ou de modelo; padrão
 - (D) delimita, separa; preceito expresso em sentença breve

04. A autora, para tornar persuasivas as ideias expostas, recorre a vários procedimentos característicos de um artigo de opinião, entre os quais **NÃO** se inclui:
- (A) abordagem de um problema e comprovação de sua gravidade por meio da apresentação de dados quantitativos
- (B) citação de um autor especializado na questão indigenista, conferindo credibilidade ao ponto de vista exposto
- (C) criação de um efeito de neutralidade, objetividade e impessoalidade, sem explicitar interação com o leitor
- (D) predomínio da flexão dos verbos no presente do modo indicativo expressando fatos perenes, notórios
05. Assim como *interamericana* (3º parágrafo), as palavras apresentadas abaixo são compostas por justaposição. **NÃO** se obedece à convenção ortográfica em:
- (A) interrelacionar
- (B) interurbano
- (C) inter-humano
- (D) interrogar
06. As preposições ligam dois termos em uma oração e, dependendo do contexto, denotam sentidos distintos. Verifica-se que a preposição grifada assume o mesmo sentido que possui em "**para** preservar o seu legado cultural" (3º parágrafo), no seguinte segmento:
- (A) "**Para** os povos indígenas, a relação com a terra não é somente de posse e produção" (3º parágrafo)
- (B) "um novo paradigma **para** os direitos dos povos indígenas" (4º parágrafo)
- (C) "uma ação coordenada e sistemática **para** proteger seus direitos" (6º parágrafo)
- (D) "**Para** a Corte Interamericana de Direitos Humanos, há que se assegurar aos povos indígenas o direito à propriedade coletiva da terra" (3º parágrafo)
07. "É dever da União demarcar, proteger e fazer respeitar as terras indígenas" (2º parágrafo). O uso da vírgula, nessa frase, justifica-se pois indica:
- (A) isolamento de oração intercalada
- (B) separação de orações coordenadas assindéticas
- (C) supressão de termos (elipse)
- (D) destaque de adjuntos adverbiais em sequência
08. "Quando a retirada e o reatamento desses povos forem considerados necessários como uma medida excepcional, eles só serão realizados com seu livre consentimento e conhecimento." [§ 2, Artigo 16 - Convenção 169 da OIT]
- Para obedecer à convenção ortográfica, as lacunas existentes nas palavras em destaque devem ser preenchidas, respectivamente, por:
- (A) ss - c - ss - xc - s
- (B) c - c - ss - sc - s
- (C) ss - ss - ss - xc - c
- (D) c - ss - ss - sc - c
09. "**Contudo**, os indicadores sociais demonstram o grave padrão de violação aos direitos dos povos indígenas..." (5º parágrafo). Altera-se a relação lógica que o conectivo em destaque permite estabelecer com a frase anterior ao substituí-lo por:
- (A) entretanto
- (B) todavia
- (C) porém
- (D) portanto
10. O verbo destacado em "admitir que os povos indígenas **têm** direito à diversidade étnica" (5º parágrafo) possui acento gráfico. Também necessita receber acento circunflexo o verbo destacado em:
- (A) O comportamento preconceituoso de algumas pessoas **advem** da ignorância.
- (B) Muitas vezes, a população **obtem** informações equivocadas sobre os povos indígenas.
- (C) Lendas de origem indígena, na escola, frequentemente, **entrem** a criançada.
- (D) Esperamos que todos os brasileiros **deem** aos povos indígenas seu devido valor.
11. "bem como os direitos originários **sobre** as terras que tradicionalmente ocupam" (2º parágrafo). A preposição em destaque pode preencher corretamente a lacuna em:
- (A) Nos conflitos com fazendeiros, índios às vezes são violentos, pois agem ___ pressão.
- (B) Frequentemente, a juventude clama ___ direitos que não são respeitados.
- (C) Políticos da oposição votaram ___ o nosso projeto.
- (D) A autora divulga dados ___ a situação atual dos povos indígenas.
12. "a terra é um elemento material e espiritual de **que** devem gozar plenamente" (3º parágrafo). Nesse segmento, o pronome relativo em destaque está corretamente precedido da preposição **de**. Porém, empregá-la configura **ERRO** em:
- (A) Os documentos ___ **que** tomamos conhecimento não são recentes.
- (B) Os direitos ___ **que** a autora se refere devem ser respeitados sempre.
- (C) Os grupos ___ **que** fazemos parte desconhecem esses aspectos.
- (D) Os assuntos ___ **que** a articulista trata importam a todos os brasileiros.

13. "Para os povos indígenas, a relação com a terra não é **somente** de posse e produção..." (3º parágrafo). A palavra grifada tem o mesmo valor semântico que:
- (A) Segundo crenças indígenas, os bichos sentem e o mato sente **também**.
- (B) Dos vários povos indígenas originais, **apenas** pequena parte sobrevive hoje.
- (C) Caso nada mude, **provavelmente**, muitos conflitos ainda ocorrerão.
- (D) É preciso expressar-se **simplesmente** para obter a confiança dos povos indígenas.
14. "é urgente ao Estado brasileiro honrar o valor constitucional da diversidade cultural e da justiça étnico-racial..." (último parágrafo) Em cada alternativa abaixo, altera-se a redação desse segmento, cujo sentido original **NÃO** é mantido em:
- (A) é eminente que o Estado brasileiro honre o valor constitucional da diversidade cultural e da justiça étnico-racial
- (B) há urgência de que o Estado brasileiro honre o valor constitucional da diversidade cultural e da justiça étnico-racial
- (C) urge que o Estado brasileiro honre o valor constitucional da diversidade cultural e da justiça étnico-racial
- (D) torna-se premente que o Estado brasileiro honre o valor constitucional da diversidade cultural e da justiça étnico-racial
15. "há que se assegurar aos povos indígenas o direito à propriedade coletiva da terra" (3º parágrafo). Reescreve-se em cada alternativa esse segmento; porém, a nova redação encerra construção inadmissível segundo a norma escrita em:
- (A) é forçoso assegurar-se aos povos indígenas o direito à propriedade coletiva da terra
- (B) é imprescindível assegurar-se aos povos indígenas o direito à propriedade coletiva da terra
- (C) é preciso que se assegurem aos povos indígenas o direito à propriedade coletiva da terra
- (D) é imperioso que sejam assegurados aos povos indígenas os direitos garantidos por lei
16. Os acentos gráficos empregados em **hídricos**, **incluídos** e **princípio** justificam-se, respectivamente, pelas mesmas regras que exigem a acentuação gráfica das seguintes palavras:
- (A) econômica, Bolívia e território
- (B) indígenas, línguas e domínio
- (C) América, proíbe e prévia
- (D) Colômbia, étnicas e saúde
17. Consideradas as regras básicas de concordância verbal e nominal, é correta a seguinte frase:
- (A) A maioria dos povos indígenas enfrenta conflitos para manutenção da terra demarcada.
- (B) A participação, nas decisões relativas aos povos indígenas, de seus representantes são fundamentais.
- (C) Mais de um povo indígena lutam para preservar suas tradições próprias.
- (D) 12,5% do território nacional está ocupado por terras indígenas.
18. O uso do acento grave, indicativo de crase, é opcional em:
- (A) direito de consulta prévia, livre e informada (relativamente **às** decisões que lhes afetem)
- (B) preservar o seu legado cultural e transmiti-lo **às** gerações futuras
- (C) há que se assegurar aos povos indígenas o direito **à** propriedade coletiva da terra
- (D) proteger seus direitos e garantir o respeito **à** sua integridade
19. No tocante à concordância, está correta a flexão verbal na seguinte frase:
- (A) Deveriam haver mecanismos mais rigorosos para controle do respeito às leis.
- (B) Os peregrinos amanheceram na vigília diante da basílica.
- (C) No relógio bateu cinco horas, revelando um dia de sol.
- (D) No passado, os Estados Unidos realizou limpeza étnica, dizimando muitos índios.
20. As palavras **multicultural** e **pluriétnico** são formadas com elementos de composição (**mult(i)-** e **pluri-**) que possuem o mesmo valor semântico. Também se verifica esse fato nas palavras:
- (A) percorrer e diáspora
- (B) eufonia e emigração
- (C) endoscopia e progresso
- (D) dissidente e prólogo
21. Se os grileiros de terra _____ atitudes nefastas, precisarão se _____ com a justiça, quando a população brasileira _____ contra a repetição de tais abusos.
- Para formar frase correta e coerente, as lacunas devem ser preenchidas por:
- (A) mantiver – a ver - intervirem
- (B) mantiver – haver - intervir
- (C) mantiverem – haver - intervier
- (D) mantiverem – a ver - intervierem

22. Quanto à concordância nominal e verbal, está correta e adequada à situação formal, respeitando as regras gramaticais, a seguinte frase:

- (A) Vem sendo muito criticado, na imprensa, recente e contínua invasões em terras demarcadas.
- (B) As ações indígenas, pacíficas em sua maioria, visam à valorização de suas legítimas tradições.
- (C) A população indígena demonstra-se meia decepcionada com recente atitudes da população brasileira.
- (D) Comunidade tradicional indígena formalizou denúncia em documento oficial tendo anexo fotografias.

23. A seguinte frase contraria regra prevista para a elaboração de textos oficiais:

- (A) Os coordenadores estão ao par de detalhes desse assunto.
- (B) Após a reunião, a diretoria ratificou a decisão anteriormente divulgada.
- (C) A reunião do Grupo de Trabalho ocorrerá na próxima semana.
- (D) O uso de várias substâncias tóxicas foi proscrito.

24. O povo indígena reivindicam a difusão sobre a atual política pública onde o foco é os direitos humanos e combate a violência contra indivíduos ou grupos indígenas; tem algumas leis no Brasil que merece amplo conhecimento.

Ao reescrever essa frase, corrigindo os desvios da convenção ortográfica e das normas gramaticais, bem como o emprego de palavras inadequadas à língua formal, obtém-se:

- (A) O povo indígena reivindica a difusão da atual política pública na qual o foco é os direitos humanos e o combate a violência contra indivíduos ou grupos indígenas; há algumas leis no Brasil que merece amplo conhecimento.
- (B) O povo indígena reivindica a divulgação da atual política pública cujo foco é os direitos humanos e o combate à violência contra indivíduos ou grupos indígenas; existem algumas leis no Brasil que merecem amplo conhecimento.
- (C) Os povos indígenas reivindicam a divulgação da atual política pública onde o foco são os direitos humanos e o combate a violência contra indivíduos ou grupos indígenas; tem algumas leis no Brasil que merecem amplo conhecimento.
- (D) Os povos indígenas reivindicam a difusão da atual política pública cujo o foco é os direitos humanos e combate à violência contra indivíduos ou grupos indígenas; existe algumas leis no Brasil que merece amplo conhecimento.

25. Verifica-se equívoco, que contraria a clareza na escrita, indispensável aos textos oficiais, na seguinte frase:

- (A) A cobrança da nova taxa entra em vigor a partir do próximo ano.
- (B) Enviamos um e-mail à chefia; em anexo, encaminhamos o projeto.
- (C) Ao torná-lo mais claro e objetivo, a emenda melhorou o projeto.
- (D) Ouvidas as testemunhas, o juiz infringiu pesada pena ao réu.

26. O uso da língua está adequado à situação formal, respeitando as regras gramaticais estabelecidas para a norma escrita padrão em:

- (A) Há quem pretende abrir excessão nos direitos dos índios de posse e usufruto exclusivo das terras demarcadas.
- (B) Assiste-se com frequência cenas de agressão as tradições culturais indígenas.
- (C) Preocupa a estudiosos a tendência à paralizar processos de demarcação de terras indígenas.
- (D) Quanto às terras em processo de demarcação, há casos que enfrentam questões judiciais há mais de trinta anos.

NOÇÕES DE DIREITO

27. A pretensão se extingue pela:

- (A) prescrição
- (B) decadência
- (C) obrigação
- (D) coação

28. Interrompe a prescrição:

- (A) a reclamação do credor
- (B) a representação administrativa
- (C) o despacho do juiz
- (D) a propositura da ação

29. São absolutamente incapazes, nos termos da lei civil:

- (A) os viciados em tóxicos
- (B) os menores de 16 anos
- (C) os pródigos de todo gênero
- (D) os ébrios habituais

30. Quanto aos bens fungíveis, pode-se afirmar que:

- (A) podem ser fracionados sem alteração da substância
- (B) tornam-se indivisíveis por determinação legal
- (C) supõem a existência de um bem principal
- (D) podem substituir-se por outros da mesma espécie

31. É nulo o negócio jurídico:
- (A) por incapacidade relativa do agente
 - (B) por vício resultante de erro ou dolo
 - (C) se ilícito ou impossível o seu objeto
 - (D) se não confirmado pelas partes
32. São órgãos do Poder Judiciário:
- (A) os Tribunais de Contas
 - (B) os Tribunais do Trabalho
 - (C) os Conselhos de Contribuintes
 - (D) as Agências Reguladoras
33. Os juízes gozam da seguinte garantia:
- (A) imunidade de imposto
 - (B) ativismo partidário
 - (C) estabilidade funcional
 - (D) vitaliciedade no cargo
34. São órgãos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:
- (A) os Conselhos de Justiça
 - (B) as Promotorias Públicas
 - (C) as Associações de Magistrados
 - (D) as Varas de Fazenda Pública
35. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar os:
- (A) membros do Congresso Nacional
 - (B) juízes de primeira instância
 - (C) secretários de estado
 - (D) promotores de justiça
36. O cidadão pode pleitear seus direitos perante os tribunais por meio de:
- (A) um procedimento
 - (B) uma ação
 - (C) uma queixa
 - (D) um registro de ocorrência
37. O prazo para a Fazenda Pública contestar se conta em:
- (A) quádruplo
 - (B) sêxtuplo
 - (C) quádruplo
 - (D) sétuplo
38. Um cidadão comum, durante as manifestações populares, é parado, ao sair de um banco, por um grupo de agentes da Guarda Municipal que decidem reter os seus documentos, por alguns dias, para averigação. Nesse caso, é cabível a seguinte ação constitucional:
- (A) habeas corpus
 - (B) habeas data
 - (C) ação civil pública
 - (D) mandado de segurança
39. De acordo com o disposto no artigo 70 da Constituição Federal, os convênios realizados entre o Município do Rio de Janeiro e a União Federal, nos quais houve repasse de verbas públicas da União para a Saúde Pública, será fiscalizado:
- (A) pelo Tribunal de Contas do Estado
 - (B) pelo Ministério Público Federal
 - (C) pela Assembléia Legislativa do Estado
 - (D) pelo Tribunal de Contas da União
40. Segundo a classificação das Constituições, quanto à origem, pode-se afirmar que a Constituição de 1988 é:
- (A) popular
 - (B) histórica
 - (C) outorgada
 - (D) material
41. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por:
- (A) condescendência diplomática, para evitar atos de terrorismo
 - (B) ordem judicial, para fins de investigação criminal
 - (C) ordem administrativa, para avaliação de desempenho
 - (D) determinação do Ministério Público, para apuração de improbidade administrativa
42. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo, entre os turnos, equivalente a:
- (A) trinta dias
 - (B) vinte dias
 - (C) dez dias
 - (D) quinze dias
43. Promulgar e fazer publicar as leis municipais é uma competência do:
- (A) Presidente do Tribunal de Contas do Município
 - (B) Presidente do Tribunal de Justiça
 - (C) Prefeito
 - (D) Governador
44. Compete ao Tribunal de Contas da União prestar informações sobre a fiscalização orçamentária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, se esta for solicitada por:
- (A) comissão do Senado Federal
 - (B) membro do Ministério Público Federal
 - (C) corregedor do Conselho Nacional de Justiça
 - (D) membro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

45. É **vedada** a seguinte acumulação de cargos públicos:
- (A) um cargo de professor municipal e outro de procurador federal
 - (B) um cargo de médico estadual e outro de professor federal
 - (C) um cargo de auxiliar de procuradoria e outro de professor municipal
 - (D) um cargo de professor municipal e dois cargos de professor estadual
46. O elemento do ato administrativo segundo o qual todo ato deve ser praticado visando o interesse público é:
- (A) forma
 - (B) competência
 - (C) finalidade
 - (D) objeto
47. É vedado atribuir ao funcionário funções diversas das próprias de seu cargo, como tais definidas em lei ou regulamento, ressalvados os casos de:
- (A) reversão
 - (B) aproveitamento
 - (C) reversão
 - (D) readaptação médica
48. A característica segundo a qual a Administração Pública e o Contratado não estarão no mesmo plano jurídico já que a Administração estará em posição preponderante no que se refere a um conjunto de direitos e obrigações corresponde à:
- (A) Supremacia da Administração Pública sobre o Contratado
 - (B) Presunção de Legitimidade da Administração
 - (C) Imperatividade da vontade administrativa
 - (D) Moralidade Administrativa
49. Como órgão da Administração municipal, pode-se afirmar que a Procuradoria Geral do Município tem a seguinte classificação:
- (A) autarquia
 - (B) empresa pública
 - (C) administração direta
 - (D) fundação
50. Ao conjunto autônomo de atribuições, deveres e responsabilidades que é cometido a um funcionário e que se identifica pelas características de criação na forma da lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Município dá-se o nome de:
- (A) cargo
 - (B) função gratificada
 - (C) aproveitamento
 - (D) reversão

51. Atender prontamente às requisições para defesa da fazenda pública figura como previsão legal e corresponde ao seguinte conceito:
- (A) direito do servidor
 - (B) dever do servidor
 - (C) responsabilidade do servidor
 - (D) função do servidor
52. Segundo redação expressa do art. 5º da Constituição Federal, aos litigantes, em processo administrativo, é assegurada a observância do seguinte princípio:
- (A) isonomia
 - (B) interesse público
 - (C) ampla defesa
 - (D) economicidade

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

53. A autoridade é definida como a probabilidade de que uma ordem dada seja obedecida. A teoria administrativa que teve como mérito atribuir, para cada tipo de sociedade, um tipo de autoridade é a:
- (A) científica
 - (B) da burocracia
 - (C) clássica
 - (D) da contingência
54. A economia obtida pela diminuição do custo de transporte por unidade de peso com cargas maiores refere-se ao princípio fundamental do gerenciamento de transporte, denominado economia:
- (A) de distância
 - (B) integrada
 - (C) de escala
 - (D) global
55. Nas técnicas de seleção, o tipo de entrevista que determina o tipo de resposta desejada, mas não identifica as questões, deixando as perguntas a critério do entrevistador, é a:
- (A) diretiva
 - (B) padronizada
 - (C) não-estruturada
 - (D) dicotômica
56. O planejamento que é feito geralmente para um período aproximado de dois a cinco anos e que envolve a organização como um todo é o do tipo:
- (A) tático
 - (B) operacional
 - (C) estratégico
 - (D) gerencial

57. A teoria administrativa que teve como mérito demonstrar a existência, na organização, de líderes informais que mantinham o controle sobre o comportamento dos operários para atuarem como um grupo social coeso e integrado é a:
- (A) do comportamento organizacional
(B) do desenvolvimento organizacional
(C) das contingências
(D) das relações humanas
58. A entidade descentralizada da administração pública, criada por lei, com personalidade de direito público interno e com patrimônio e receita próprios, para executar atividades específicas típicas da administração pública, é a:
- (A) empresa pública
(B) fundação
(C) sociedade de economia mista
(D) autarquia
59. O princípio orçamentário que determina que sejam incluídos no orçamento, somente, assuntos que lhe sejam pertinentes é o:
- (A) de exclusividade
(B) da unidade
(C) do equilíbrio
(D) da programação
60. A modalidade de licitação utilizada para a venda de bens móveis inservíveis para a administração, de acordo com o § 5º do art 22 da Lei 8666/93, é:
- (A) convite
(B) leilão
(C) tomada de preço
(D) concorrência
61. Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de doação em pagamento, poderão ser alienados desde que sob as seguintes modalidades de licitação:
- (A) convite ou tomada de preços
(B) leilão ou concorrência
(C) tomada de preço ou concorrência
(D) concorrência ou convite
62. O tipo de serviço público por meio do qual uma pessoa de direito público faculta a uma pessoa física ou jurídica, mediante delegação a título precário, a execução de obras ou serviços de utilidade pública, sob condições estabelecidas por ele, é denominado serviço:
- (A) privativo do Estado
(B) de economia mista
(C) de utilidade pública por autorização
(D) de utilidade pública por concessão
63. O componente do sistema de comunicação responsável pela codificação da mensagem no processo de comunicação é denominado:
- (A) transmissor
(B) fonte
(C) canal
(D) receptor
64. Os documentos que são frequentemente consultados e de uso exclusivo da fonte geradora são mantidos nas organizações em arquivos do seguinte tipo:
- (A) intermediário
(B) temporário
(C) morto
(D) corrente
65. O arquivamento utilizado quando o elemento principal para a recuperação da informação é o assunto é chamado de:
- (A) numérico
(B) geográfico
(C) ideográfico
(D) alfabético
66. O tipo de departamentalização que apresenta como principal vantagem facilitar a coordenação intradepartamental e a inovação, que fixa a responsabilidade para um produto ou serviço, sendo indicada para circunstâncias externas e mutáveis, e que permite flexibilidade é a por:
- (A) processos
(B) funções
(C) clientes
(D) produtos

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

67. Nos microcomputadores, existem memórias voláteis, que armazenam o conteúdo gravado enquanto está energizada eletricamente. Caso ocorra a falta da alimentação elétrica, o conteúdo é perdido. Dois exemplos desse tipo de memória são:
- (A) CACHE e HARD DISK
(B) HARD DISK e BLU-RAY
(C) RAM e CACHE
(D) BLU-RAY e RAM
68. No sistema operacional Windows XP BR, o atalho de teclado Alt + Tab deve ser acionado com o seguinte objetivo:
- (A) alternar o acesso a programas em execução
(B) acessar a área de trabalho
(C) abrir a janela do Internet Explorer
(D) alterar a resolução do monitor de vídeo

69. Um usuário do processador de textos Word 2007 BR, após terminar a digitação de um texto, levou o cursor do mouse para o início desse texto por meio da execução de um atalho de teclado ATL1 e, em seguida, executou ATL2 por duas vezes, para converter a sigla **pgm** em minúscula, para **PGM** em maiúscula. Esses atalhos de teclado ATL1 e ATL2 são, respectivamente:

- (A) Altl + Home / Ctrl + F3
- (B) Ctrl + Home / Ctrl + F3
- (C) Altl + Home / Shift + F3
- (D) Ctrl + Home / Shift + F3

70. A figura abaixo mostra uma barra do Internet Explorer 9 BR, que pode estar habilitada ou desabilitada, e que tem por objetivo ajudar o internauta no uso dos recursos do *browser*.



Essa barra é denominada Barra de:

- (A) Comandos
- (B) Favoritos
- (C) Status
- (D) Menus

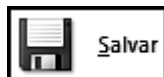
71. No Internet Explorer 9 BR, pressionar sobre o ícone



por meio do *mouse*, faz com que seja exibida na tela a página inicial que foi configurada no *browser*. O mesmo resultado é obtido por meio da execução do seguinte atalho de teclado:

- (A) Alt + F1
- (B) Alt+ Home
- (C) Ctrl + F1
- (D) Ctrl + Home

72. Um funcionário da PGM do Rio de Janeiro criou uma apresentação de *slides* no *software* Powerpoint 2007 BR. Após exibir na tela essa apresentação, ele resolveu salvá-la no disco rígido. Para isso, esse funcionário pode utilizar as opções



, por meio de um atalho de teclado,



e , através de uma tecla de função. Esses atalho de teclado e tecla de função são, respectivamente:

- (A) Ctrl + B e F12
- (B) Ctrl + B e F11
- (C) Ctrl + S e F11
- (D) Ctrl + S e F12

73. No Word 2007 BR, a orientação de um documento digitado pode ser de dois tipos:

- (A) carta e ofício
- (B) retrato e paisagem
- (C) vertical e horizontal
- (D) normal e personalizado

74. Durante a digitação de um texto no Word 2007 BR, um funcionário da PGM selecionou o título e acionou um determinado ícone, por meio do ponteiro do *mouse*, para centralizá-lo. Nesse sentido, o Word oferece um atalho de teclado para uso, como alternativa a esse ícone. O ícone e o atalho de teclado são, respectivamente:



(A) e Ctrl + E




(B) e Ctrl + E



(C) e Ctrl + C



(D) e Ctrl + C

75. Durante a digitação de um texto no Word 2007 BR, um funcionário da PGM executou o atalho de teclado Ctrl + > e acionou o ícone , respectivamente, com as finalidades de:

- (A) aumentar tamanho da fonte e aplicar subscrito
- (B) duplicar o espaçamento entre linhas e aplicar subscrito
- (C) aumentar tamanho da fonte e aplicar sobrescrito
- (D) duplicar o espaçamento entre linhas e aplicar sobrescrito

76. A planilha abaixo foi criada no Excel 2007 BR.

	A	B	C	D	E	F
1	PGM - 2013					
2						
3	SECRETARIA	2011	2012	2013	Média	
4	Educação	1100	1500	1600	1400	
5	Fazenda	2000	2700	2800	2500	
6	Saúde	1200	1600	1700	1500	
7	Segurança	1400	2000	2900	2100	
8				SOMA =	7500	

Na planilha, foram executados os seguintes procedimentos:

- Na célula F4, foi inserida uma expressão para determinar a média aritmética entre os valores contidos em C4, D4 e E4. Em seguida, a expressão de F4 foi copiada para as células F5, F6 e F7.
- Na célula F8, foi inserida uma expressão que soma todos os valores no intervalo de F4 a F7.

Nessas condições, as expressões inseridas em F6 e F8 foram, respectivamente:

- (A) =MÉDIA(C6&E6) e =SOMA(F4&F7)
 (B) =MÉDIA(C6:E6) e =SOMA(F4:F7)
 (C) =MED(C6&E6) e =SOMA(F4&F7)
 (D) =MED(C6:E6) e =SOMA(F4:F7)

77. A planilha abaixo foi criada no Excel 2007 BR.

	A	B	C	D
1				
2	VALORES			
3	17		MAIOR =	16
4	18			
5	11		MOD =	3
6	16			
7				

Na planilha foram inseridas duas expressões:

- A primeira em D3, representada por =MAIOR(A3:A6;3), para determinar o 3º maior número entre todos aqueles contidos nas células A3, A4, A5 e A6.
- A segunda em D5, representada por =MOD(D3;13), que mostra o resto da divisão de D3 por 13.

Se o conteúdo de **A6** for mudado de **16** para **19**, as células **D3** e **D5** apresentarão, respectivamente, os seguintes números:

- (A) 17 e 4
 (B) 19 e 6
 (C) 18 e 5
 (D) 16 e 3

78. O Powerpoint 2007 BR é um *software* para criação de apresentações de *slides*. Por padrão, essas apresentações são salvas em um dos seguintes formatos:

- (A) .DWG e .DWGX
 (B) .PDF e .PDFX
 (C) .PPT e .PPTX
 (D) .DOC e .DOCX

79. Uma funcionalidade do Powerpoint 2007 BR é:

- (A) realizar a verificação ortográfica por meio de tecla de função F5
 (B) inserir um texto decorativo em um *slide* por meio do recurso *FontWork*
 (C) salvar o *slide* corrente ou toda a apresentação no formato JPG
 (D) exibir a apresentação de *slides* por meio da execução do atalho de teclado F1

80. No que diz respeito à Segurança da Informação, um termo constitui uma das defesas mais comuns para prevenir uma violação de segurança, sendo definido como um *hardware* e/ou um *software*, que funciona entre o servidor e a internet, e que protege uma rede privada por meio da análise das informações que entram e saem da rede. Esse termo é conhecido por:

- (A) *backup*
 (B) *sniffer*
 (C) *trojan*
 (D) *firewall*